ÉDIPO NO DIVÃ:
O ENCONTRO DAS SEXUALIDADES E DOS GÊNEROS DISSIDENTES COM OS CONCEITOS PSICANALÍTICOS NA CLÍNICA

Rudiran Fernandes Messias
Orientador Angelo Brandelli Costa
Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Psicologia - Escola de ciências da saúde e da vida
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
09 de dezembro de 2020

Resumo: O século XXI tem sido marcado pela multiplicidade de expressões da sexualidade e do gênero, promovida por movimentos sociais (feminismo, movimento gay, entre outros). Essas mudanças têm sido acompanhadas pelos estudos de diversas áreas epistêmicas: sexólogos, antropólogos, filósofos têm procurado entender o ser humano tendo como eixo a sexualidade – e para isso recorrem à psicanálise. No fazer psicanalítico, acompanhar essas mudanças sociais leva a uma revisão de conceitos centrais como os de sexualidade e de gênero, bem como do complexo de Édipo enquanto centralizador da técnica terapêutica. Uma análise que envolve conceitos básicos (instinto, pulsão, narcisismo, psicose e perversão), e que evidencia a subjetividade e a falta de rigor teórico envolvidas na patologização dos gêneros e das sexualidades dissidentes. O questionamento sistemático desses conceitos suscita pensar em que medida a atividade terapêutica está a serviço da subjetivação ou da sujeição dos indivíduos e favorece o desenvolvimento de uma escuta mais empática. Existem diversas intersecções possíveis entre a psicanálise, os estudos de gênero, os estudos feministas e os estudos *queer*. Os aportes teóricos resultantes dessas interlocuções propiciam que se amplie o entendimento sobre a sexualidade e sobre o gênero, com avanços para a teoria e a técnica. A disposição para a escuta dessas subjetividades e a promoção de questionamentos dos valores impostos socialmente implicam em capacidade de continência que está para além de binarismos. Envolve suportar a dúvida e sustentar formas de existência que transcendem o que é assumido como estável. Não são apenas as formas de vivência sexuada que estão em transição: os conceitos psicanalíticos e o entendimento humano a respeito da psique também estão transicionando. As discussões e teorizações decorrentes dessa evolução na psicanálise são mecanismos retroalimentados de ampliação do entendimento da vivência humana em sua singularidade e podem apontar para mudanças sociais cada vez mais amplas.

Introdução

O século XXI tem sido marcado pela consolidação da multiplicidade de expressões da sexualidade e do gênero. De acordo com Assuar e Polistchuck (2019. P. 70), "a contemporaneidade trouxe uma mudança em relação aos discursos sobre a sexualidade. Assistimos, alguns admirados e outros indignados, ao rompimento de padrões sexuais anteriormente existentes na tradição ocidental." Essas mudanças têm sido acompanhadas por perspectivas teóricas, cujas raízes se encontram no feminismo, no movimento *gay* e na consequente emancipação dos grupos oprimidos na sociedade. Alguns desses teóricos, através de leituras críticas de conceitos psicanalíticos, como os de gênero e sexualidade e da conflitiva edípica, nos quais baseiam as teorias e as técnicas terapêuticas de orientação analítica, têm promovido avanços conceituais que contribuem para o entendimento das questões mais profundas ligadas à identidade e aos processos de individuação. Essas leituras críticas da psicanálise, junto com os avanços teóricos que trazem junto consigo, geram importantes pontos de tensão entre correntes de psicanalistas e terapeutas de orientação psicanalítica. Enquanto os psicanalistas que se dizem mais ortodoxos, e se baseiam em teorizações para-freudianas e pós-freudianas, têm na conflitiva edípica o foco central de toda a visão da psicanálise e das suas práticas clínicas, outros contemporâneos tem ampliado suas visões para uma perspectiva integrativa, através de desdobramentos mais modernos da psicanálise, para dar conta das múltiplas subjetividades que tem se estabelecido em meio a uma sociedade ainda marcada pela heteronormatividade falocêntrica, mas fortemente tensionada por múltiplas formas de vivências sexuadas.

De acordo com Blestcher, "A questão das sexualidades dissidentes[1] envolve um problema atual e atualizado, uma vez que as transformações históricas e políticas em curso colocam em crise as narrativas tradicionais do patriarcado" (2019. P. 107). Tal perspectiva reflete um campo onde ocorrem avanços e iniciativas reacionárias. São dois polos em tensão: por um lado, delineia-se uma visão mais patologizante das múltiplas sexualidades e ainda voltadas para uma perspectiva normalizante; do outro, uma visão mais progressista e libertária.

[1] Os termos 'sexualidade dissidente' e 'gênero dissidente' foram adotados no trabalho como referência para, respectivamente, as sexualidades que diferem do padrão heterossexual socialmente imposto (como gays, lésbicas, bissexuais), e os gêneros que divergem da cisheteronormatividade (como transexuais, travestis, gênero-fluídos). Tal opção terminológica, em lugar das siglas LGBT, LGBTQI+ e outras, faz alusão a uma perspectiva não-patologizante dessas existências e apontam para a diferença entre esses dois conceitos que, mesmo quando aparecem em conjunto devem ser entendidos enquanto independentes entre si, embora em alguns aspectos possam apresentar sobreposições, como no caso da posição de abjeção a qual costumeiramente são relagados socialmente. Demais denominações e siglas para se referir a esses grupos foram usados em citações visando preservar a terminologia adotada pelos autores.

As explorações nesse entremeio inevitavelmente envolvem pensar em que medida a atividade terapêutica em geral está a serviço de subjetivação ou da sujeição dos indivíduos. Outras questões pertinentes a se colocar são em que medida a teoria e os ensinamentos adquiridos em uma formação como terapeuta dão conta do atendimento de tipos particulares de indivíduos que se encontram à margem de uma norma colocada socialmente, como é o caso dos homossexuais, dos transexuais, como exemplos de indivíduos de sexualidades dissidentes. É mister por em questão em quais conceitos metapsicológicos um terapeuta pode se basear e em qual medida necessita buscar recursos para além da técnica psicanalítica. De que forma podem-se agregar esses recursos teóricos e em que medida eles podem fazer parte do corpo teórico e das práticas terapêuticas.

A exploração teórica desses conceitos, além de promover o pensamento crítico e apontar para instrumentalização e capacitação para atender ao público de sexualidade dissidente, pode ser um caminho para ampliar os conceitos psicanalíticos e a teoria geral da psicanálise e aumentar o seu alcance, permitindo que ela acompanhe as questões atuais, e aponte para novas práticas e novos vértices. Trata-se de um caminho de renovação e que permita que a psicanálise continue viva. Essa exploração pode ser empreitada a partir do exame de formulações teóricas freudianas que costumam subsidiar teórica e tecnicamente o atendimento clínico, e a partir daí se podem pensar nos caminhos possíveis para o atendimento a pacientes com sexualidades dissidentes na clínica de orientação psicanalítica, à luz das teorizações e conceitos psicanalíticos. Através dessas formulações teóricas e da articulação de aportes dos estudos de gênero, dos estudos feministas, lgbt, pode-se questionar se seria necessário propor uma teoria psicanalítica pós-estruturalista ou uma clínica específica para atender às pessoas de sexualidade dissidente ou se esta seria esta mais uma forma de segregação. Ou, por outro lado, se seria possível incorporar à psicanálise esses avanços teóricos para uma evolução nos conceitos e na prática analítica.

Importantes teóricos da contemporaneidade (Foucault, Butler, Deleuze e Guattari, Van Haute e Geyskens, Rubin) têm realizado leituras críticas da psicanálise, principalmente na obra freudiana e lacaniana, e realizado avanços nesses conceitos, que acompanham o espírito da época e constroem um entendimento das questões do gênero e da sexualidade em uma intersecção com a psicanálise e com as questões sociais, levando em consideração tanto as questões endopsíquicas quanto os dados sociais e de realidade como fatores implicados na existência que são impostos socialmente. Alguns psicanalistas (Ayouch, Bletscher, Reitter, Quinet, Coutinho Jorge) tem acompanhado essas discussões e feito evoluções conceituais nas

leituras dos autores clássicos que podem apontar para abordagens mais integrativas na teoria e na técnica psicanalíticas.

A proposta deste texto é acompanhar essas leituras e elaborar uma crítica sobre os conceitos psicanalíticos comumente utilizados para o entendimento das sexualidades dissidentes. Entre eles, destacam-se as abordagens e interpretações clássicas do complexo de Édipo (CdE), de acordo com a psicanálise freudiana e derivações mais ortodoxas, enquanto conceito metapsicológico centralizador da técnica terapêutica. Também se faz necessário pensar a respeito das questões relativas à identidade e aos conceitos de sujeito e de gênero, observando como eles avançaram até os dias atuais as suas implicações práticas, tanto na psicanálise como área de saber quanto na prática clínica.

Psicanálise e sexualidade

O período de 1895 a 1910 é definido por Jean-Michel Quinodoz (2007) como o período de descoberta da psicanálise. Nestes primeiros anos, importantes perspectivas psicanalíticas foram estabelecidas, entre as quais se destacam a ideia de inconsciente, a posição central da sexualidade na psique humana desde a infância, os efeitos do trauma na mente e no comportamento. Perspectivas centrais na metapsicologia e na prática analítica até os dias de hoje, e que se fazem presentes no *setting* psicanalítico.

A psicanálise se estabelece no ocidente como um importante marco, trazendo consigo conceitos bastante transgressores como os da sexualidade infantil e da bissexualidade psíquica, colocando a própria noção de sexualidade como central na cultura. De acordo com Assuar e Polistchuck (2019. P. 71), Freud fundou com a sua teoria uma nova forma de ver as relações humanas no ocidente nos aspectos do sexo, da sexualidade e do desejo, apontando que "a radicalidade de suas teorias, sobretudo a teoria da sexualidade infantil e das pulsões, coloca definitivamente em xeque as determinações biológicas da sexualidade."

Esses conceitos de sexualidade, apesar de seus aspectos transgressores, também estiveram a serviço de explicar como se dá o processo de sexuação, explicando através da conflitiva edípica como os indivíduos devém em uma sociedade baseados em papéis designados como masculino e feminino. De acordo com Gayle Rubin, na obra *Políticas do sexo*:

> "A psicanálise dispõe de um conjunto único de conceitos para a compreensão dos homens, das mulheres e da sexualidade. Trata-se de uma teoria da sexualidade humana. E o mais importante é que a psicanálise oferece uma descrição dos mecanismos pelos quais os sexos são divididos e modificados, de como crianças andróginas, bissexuais, são transformadas em meninos e meninas. A psicanálise é uma teoria

> feminista *manqué* (que não chegou a se configurar como tal).” (Rubin, 2017. P. 36)

Rubin também afirma que a psicanálise “é uma teoria que trata da reprodução do parentesco. Ela descreve os vestígios deixados nos indivíduos pelo seu confronto com as regras e os regulamentos ligados à sexualidade nas sociedades em que nascem” (p. 35). Desta forma, ressalta o aspecto social na formação psíquica dos indivíduos. Descreve as evoluções de Lacan nesse sentido, quando o autor retoma os estudos antropológicos de Strauss dentro da lógica do familismo e tendo a sexualidade como peça central no desenvolvimento psíquico dos indivíduos.

Sobre a sexualidade, havemos de reparar também que é uma dimensão do humano que se exerce tanto no âmbito pessoal e na intimidade, quanto no campo social, pelo qual é regulada de diversas maneiras. A esse respeito, podemos citar Reitter (2018. P.65), que segue ideias de Foucault, Deleuze e Guattari ao considerar a sexualidade enquanto dispositivo complexo de controle e de regulação do uso dos corpos e dos prazeres: “controle que está nas mãos dos nascentes estados nacionais , mas também de outras instituições: igreja, exército e escolas, poder médico, sistemas jurídico-penais e, na medida que passa o tempo, poder da imprensa e dos meios, do cinema, da publicidade.”

E considerando a relação do conceito de sexualidade com a psicanálise, o autor complementa de forma crítica, assinalando a implicação desse conceito com a questão gay:

> “Creio que no fundo a psicanálise não sabe o que fazer com a sexualidade porque ao incorporar esse conceito introduz, inadvertidamente, um cavalo de Tróia em sua teorização, uma categoria cuja genealogia desconhece e que por si mesma a leva todo o tempo a situações paradoxais. Por exemplo, acaba por não resolver que lugar dar, ou não dar, à questão gay.” (Reitter, 2018. P.65)[2]

Na medida em que se debruça sobre a questão da sexualidade e que está instituída como área do saber no ocidente, é de extrema relevância questionar como a psicanálise lida também com a questão das sexualidades dissidentes e se ela consistiu ou ainda consiste em uma teoria heteronormativa. De acordo com o autor, “há elementos na teoria da psicanálise que, se não revisados, são intrinsecamente heteronormativos.” (Reitter, 2018. P.39)

Psicanálise heteronormativa?

Enquanto muitos terapeutas se afastam da psicanálise por verem na teoria e na prática clínica um viés heteronormativo, diversos psicanalistas veem justamente na teoria psicanalítica o ferramental teórico para desenvolver uma escuta psicanalítica mais sensível. Segundo Reitter

[2] As obras em língua estrangeira referidas no presente trabalho foram citadas em tradução livre.

(2018. P. 34), a psicanálise seria “a única forma de terapia que não pretende ser sugestiva ou diretiva”, pelo que seguiria sendo “a forma mais poderosa de trabalho sobre a subjetividade.” Apesar disso, também aponta para possíveis armadilhas, quando ressalta que “a psicanálise tal como se pratica e como se ensina tem um forte viés heteronormativo, em geral não percebido e, portanto, não reconhecido pela maior parte dos psicanalistas.” (2018. P.37). Bleschter (2019. P. 107) retorna às origens da psicanálise, refletindo sobre a forma como Freud promoveu uma desconstrução da moralidade sexual cultural e “estabeleceu o caráter perturbador e desadaptativo da sexualidade humana, desafiando todas as pretensões de domesticação e regulamentação normativizante.” O autor chama atenção para a “dificuldade persistente de certas abordagens pós-freudianas em pensar sobre a diversidade sexual e submeter à crítica os mandatos falocêntricos e heteronormativos infiltrados em seus pressupostos.”

Foi baseada nos conceitos freudianos e considerando a sexualidade como um importante vértice para analisar os seres humanos e estudar como eles se constituem enquanto sujeitos que a psicanálise se constituiu em um dos mais importantes pilares da cultura ocidental a partir do século XX. A universalidade dos conceitos psicanalíticos na sociedade atual vem, de certa forma, corroborar a visão de que os conflitos vivenciados por uma pessoa não dizem respeito somente à esfera individual, mas são revivências de conflitivas comuns a todos os seres humanos. Perpassando todas essas perspectivas e seus desdobramentos conceituais e teóricos há uma questão central a ser levada em conta em todos os estudos psicanalíticos. Trata-se de um grande dilema: a universalização da validade desses conceitos, se por um lado oferece importante ferramental para análise dos pacientes que se recebem em clínica, por outro pode oferecer uma visão demasiado simplificada dos conflitos por eles vividos, uma vez que suas vivências são singulares na prática e envolvem questões relativas a identidade e à vivência do desejo.

Por esse caminho, muitas vezes, os conceitos psicanalíticos terminam sendo aplicados dentro de uma concepção normalizadora que se traduz em abordagens clínicas que podem ser deletérias para alguém que recorre à clínica como suporte em um processo de subjetivação. De acordo com Rubin (2017. P. 35), a prática clínica tem sido usada para impor uma norma sexual: “nesse sentido, a psicanálise muitas vezes mostrou ser mais do que uma teoria dos mecanismos de reprodução dos arranjos sexuais, ela se tornou muitas vezes um desses mecanismos.”

Consoante com essa visão, Reitter (2018. P.16) afirma que: “a psicanálise, tal como costuma ser transmitida, acaba, em algumas de suas conceituações centrais, por ficar ao lado dos dispositivos de regulação da heterossexualidade obrigatória”, participando de forma acrítica do dispositivo da sexualidade definido por Foucault “que vem a ser, afinal, o dispositivo da

heterossexualidade, ou o que em outros textos se nomeia heteronormatividade obrigatória." (2018. P.38)

A despeito de consistir a sexualidade no eixo central da teoria e do fazer psicanalítico, muitos psicanalistas patologizam ou assumem uma postura de negação de pertinência ao tratar da questão das sexualidades dissidentes, estabelecendo uma falsa simetria entre hétero e homossexualidade, que não se sustenta ética, política ou socialmente:

> "A respeito do gay minha impressão é que a psicanálise costuma situar-se em uma das duas posições (às vezes um mesmo analista sustenta as duas!): ou à homossexualidade é uma patologia ou não é um tema. E ainda que esteja de acordo que 'gay' ou, ou 'homossexual', não são categorias da psicanálise, creio que há uma especificidade na experiência gay, que um psicanalista precisará ter em conta na hora de escutar uma pessoa homossexual. Por experiência gay me refiro àquela pela qual alguém passa somente pelo fato de ser gay, independente de toda a consideração subjetiva. As manifestações maiores desta experiência são a injúria e o armário, com a contrapartida da complexa e sempre precária saída do armário." (Reitter, 2018. P.16)

Essas posturas chamam a atenção para o fato de que a psicanálise, apesar de sua essência transgressora e de ter colocado a sexualidade no centro da cultura ocidental, ainda assim pode ter um viés opressor para as pessoas que tem uma sexualidade dissidente.

Diversidade sexual e de gênero na psicanálise

Dentro da psicanálise, podemos remontar o atendimento a pessoas de sexualidade e de gênero dissidentes à sua fundação. Freud atendeu a pessoas cuja sexualidade divergia dos padrões impostos e sempre analisou seus pacientes tendo também em vista a perspectiva de uma bissexualidade psíquica. De acordo com Jorge (2020c. p. 207), "a homossexualidade foi pensada por Freud como um componente sexual presente em todo sujeito. Freud fala a esse respeito de homossexualidade latente e manifesta; de bissexualidade presente nas fantasias histéricas; de bissexualidade na escolha de objeto que conjuga, em proporções diversas, traços masculinos com traços femininos."

Desde Freud se analisa psicanaliticamente como a vivência da sexualidade envolve questões complexas como a escolha de objeto, a orientação sexual e a identidade de gênero. De acordo com Cossi (2018)[3], a partir de Stoller, em 1968, se começa a teorizar de forma mais consistente uma distinção entre identidade sexual e identidade de gênero na teoria psicanalítica:

> "Em Stoller, sexo se refere a estados biológicos: genética, caracteres primários e secundários do sexo, aparato anatomofisiológico, endócrino

[3] "Apesar de Freud já em muitos textos ter se dedicado ao tema da identidade sexual e suas condições de constituição, Stoller foi o primeiro a abordar esse assunto em psicanálise recorrendo ao termo "gênero" em 1968."

> e cerebral; gênero diz respeito a um conjunto de fenômenos como sentimentos, pensamentos, comportamentos e fantasias relacionados à masculinidade e à feminilidade, e não apresentam nenhuma ancoragem biológica."

Stoller estudava a questão da masculinidade, da feminilidade e das diferentes formas de vivência da sexualidade atendo à hipótese levantada por Money e pelos Hampton nos anos 50 de que o comportamento ligado ao gênero estaria mais ligado a uma designação social do sexo do sujeito e a fatores ambientais, diferente da posição freudiana que postulava serem as forças biológicas as mais determinantes da masculinidade e da feminilidade. Mas, independente de a sexualidade, a identidade de gênero ou a escolha de objeto terem uma etiologia biológica ou social, Stoller foi importante em apontar no quanto de subjetividade havia na análise dessa temática. De acordo com Ceccarelli (2020. p. 161):

> "Stoller demonstrou que as regras de escrita dos trabalhos sobre homossexualidade, contaminadas pela retórica, pelo tom carregado dos argumentos e pela referência à autoridade, tropeçaram no mesmo ponto: não conseguiram reunir elementos que sustentassem uma especificidade da homossexualidade em relação à heterossexualidade, menos ainda, que mostrassem que é uma homossexualidade é uma patologia."

A homossexualidade nunca deixou de ser um assunto assaz controverso na cultura em geral e também dentro da psicanálise, tanto nas teorizações quanto institucionalmente. Uma abordagem dessa temática inevitavelmente leva à análise da evolução dos conceitos a respeito das múltiplas sexualidades e se confunde com a aceitação de pessoas de sexualidade dissidente dentro do próprio movimento psicanalítico. As restrições impostas foram tão fortes na história da psicanálise que até mesmo os terapeutas de sexualidade dissidente foram durante muito tempo impedidos de ascenderem à posição de analistas. No entanto, essas restrições jamais impediram que alguns psicanalistas homossexuais seguissem suas formações e realizassem atendimentos tanto a pacientes das mais diversificadas sexualidades quanto a pacientes cisgêneros, desde que aparentassem ser heterossexuais em todas as suas formas de expressão e de atuação profissional e social. Alguns chegavam até mesmo a reproduzir os mecanismos opressores de gênero e sexualidade na teoria e na clínica, mostrando que nem os analistas e nem os próprios homossexuais, por exemplo, estão livres de interpretações e postulados patologizantes em suas práticas analíticas e apresentando inclusive posições e comportamentos que denotam um pânico homossexual e problemas na livre aceitação de suas próprias sexualidades. Foi apenas em 1972 que John Fryer compareceu disfarçado a uma convenção da Associação Psiquiátrica Norte-americana (APA), com uma assustadora máscara e uma voz disfarçada por sintetizador, e disse para uma plateia de psicanalistas que existiam alguns "atuantes entre nós que completam uma formação psicanalítica sem nunca mencionar suas

homossexualidades a seus analistas. Aqueles que pretendem falar abertamente sobre isso, somente o farão se não tiverem nada a perder" (Bayer, 1987, p. 110). Richard Isay, em seu livro "Tornar-se gay" de 1996, relata sua saga como psicanalista gay que, desde a década de 60 aponta para a existência de um ativismo gay presente dentro da psicanálise institucionalizada. Ao longo de seu percurso e em sua obra, Isay expôs publicamente que dirigentes de institutos psicanalíticos excluíam os candidatos homossexuais logo nos primeiros estágios das entrevistas de admissão ou durante o curso de suas análises didáticas, mesmo quando não escondiam suas próprias preferências eróticas dissidentes. De acordo com Bulamah (2018)[4], "uma vez aceito, Isay progrediu na carreira ao ponto de tornar-se um psicanalista prestigiado, vindo a ocupar cargos importantes tanto na American Psychoanalytic Association (APsaA) e na International Psychoanalytical Association (IPA)", no entanto consistindo talvez em uma exceção ideologicamente conveniente à regra da neutralidade psicanalítica, enquanto o ambiente psicanalítico ainda favorecia uma política do *don't ask don't tell*, aos moldes do exército americano, e seguia dividindo os pacientes homossexuais entre perversos e narcísicos e, muitas vezes, prescrevendo mudanças de comportamento e acorrentamento dos desejos.

Através de um percurso que oscilou entre os supostos fatores genéticos ou sociais envolvidos na etiologia das sexualidades dissidente e dos gêneros dissidentes, foram ocorrendo movimentos de descriminalização e de despatologização, tanto na psicanálise quanto na medicina e na psicologia, resultando na retirada dessas condições da caracterização de patologia no CID e no DSM. Em 1975, a APA (Associação Americana de Psicologia) adota uma política de despatologização da homossexualidade, defendendo que essa condição por si só não implica em nenhum tipo de prejuízo mental. Cria a *Division 44* para o estudo psicológico da homossexualidade e da bissexualidade e, de acordo com Borges (2008, p. 19) "exortando os profissionais de saúde mental a liderar o processo para eliminar o estigma tradicionalmente associado a essa orientação." No entanto, todas essas evoluções ocorreram dentro de uma sociedade fortemente marcada pelo patriarcado, e ainda vivemos seus efeitos e as consequências desses avanços através de contra-forças políticas e reacionárias que buscam promover retrocessos e reestabelecer um *status quo ante*.

Nos dias atuais se pode observar um panorama um pouco diferente, onde posturas não-inclusivas são condenadas socialmente no discurso, o que não é garantia de mudanças práticas na aceitação da homossexualidade, o que consiste em uma forma perversa de dupla mensagem da cultura em relação às múltiplas vivências da sexualidade. De acordo com Blestcher (2019)

[4] A obra "História de uma regra não escrita" do autor citado, traz extensa pesquisa sobre a história da homossexualidade no movimento psicanalítico.

as transformações atuais nos processos de produção de subjetividades sexuadas põem em crise as narrativas tradicionais do patriarcado e transformam os dispositivos da ordem sexual moderna. Blestcher coloca essas mudanças provocadas pelas sexualidades dissidentes como fator central para repensar o fazer psicanalítico, observando que essas mesmas dissidências "interpelam a psicanálise e exigem uma desconstrução dos imperativos falocêntricos e heteronormativos infiltrados em suas teorizações". Baseando sua posição em Butler, Ayouch e Bleichmar, entre outros, o autor postula que a sexualidade não é subordinada a prescrições sociais que pretendem discipliná-la. Como consequências, cabe reconhecer as trajetórias desejantes e analisar os obstáculos teóricos, clínicos, éticos e políticos que promovem a patologização das diversidades e a reprodução de um regime normalizador na *praxis* psicanalítica. Esse pensamento pode ser corroborado pela análise de Rubin (2017. p.54), quando afirma que "O sistema sexo/gênero não é imutavelmente opressor e perdeu muito de sua função tradicional" e faz uma leitura crítica da psicanálise freudiana e lacaniana, ao observar que "Nem a teoria clássica freudiana do processo edípico nem sua reformulação lacaniana fazem sentido, a menos que esses aspectos das relações paleolíticas de sexualidade, no mínimo, ainda estejam presentes entre nós." (Rubin, 2017. p.43). Nesse sentido, as sexualidades dissidentes, cada vez com mais espaço e visibilidade na sociedade, apontam para uma superação gradual da cultura fálica, mesmo estando sujeitas a constantes avanços e retrocessos em sua aceitação por parte dessa mesma sociedade.

Alguns conceitos psicanalíticos e suas implicações clínicas

A reflexão resultante dessas mudanças e da leitura crítica dos conceitos psicanalíticos, que colocaram – por si mesmos – a sexualidade no centro da cultura, é a respeito do quanto de subjetividade há nas teorizações psicanalíticas: é seguramente nas leituras que se fazem delas, mais do que nelas próprias, que se encontram as bases para normalização das sexualidades e para a patologização das ditas diversidades ou dissidências sexuais. Rubin aponta para mudanças incidentes no âmbito social: "De certa forma, o que está acontecendo hoje é o surgimento de um novo movimento sexual, atento a novas questões e em busca de um novo referencial teórico" (2017. p. 128).

Muito embora não seja possível dentro dos limites de formato deste trabalho a discussão desses conceitos em profundidade, são necessárias considerações a respeito de alguns deles e o devido cotejamento entre a forma como foram propostos originalmente e como são citados e utilizados por teóricos e clínicos. Em grande parte das vezes, há que se apontar que são

aplicados de maneira superficial, desconsiderando aspectos ontológicos e epistemológicos importantes e acompanhados de uma visão moralista.

Os conceitos mais básicos a serem considerados no estudo da sexualidade são os de instinto e de pulsão. Enquanto o conceito de instinto está mais ligado à uma função biológica de sobrevivência, o conceito de pulsão é proposto por Freud para diferenciar a função da libido humana, e que posteriormente foi retomado por Lacan para demonstrar o quanto está ligada a função da linguagem. Desta forma, a libido humana pode ser diferenciada do instinto animal, tendo surgido através de um recalque orgânico, conceito pouco estudado e que marca a passagem do ser humano para a bipedia, implicando em importantes mudanças na sexualidade humana. Tais mudanças demonstram como a pulsão é voltada para a satisfação do desejo e para o gozo, diferindo do instinto em sua função mais teleológica. Essa distinção entre instinto e pulsão, se levada em consideração, torna sem sentido argumentos que ligam a homossexualidade a perversões e que definem como normal a escolha de objeto heterossexual e que patologizam as demais formas de vivência sexuada. De acordo com Coutinho Jorge (2020a, p. 143):

> "A noção freudiana de recalque orgânico, embora pouco abordada, parece-nos indispensável para se compreender a ocorrência, em nossa espécie, do funcionamento pulsional e não instintual, o que dá à sexualidade humana uma exuberância ilimitada, que a diferencia radicalmente da atividade sexual de todas as espécies animais. A complexidade inerente ao conceito de *Trieb*, pulsão, sua especificidade – trata-se de um conceito criado por Freud em 1905, retomado e reconstruído ao longo de toda sua obra e sobre o qual se sustenta absolutamente *toda* a teoria psicanalítica da sexualidade – que, aliada à sua amplitude, exige que se possa refletir sobre a passagem do funcionamento instintual (animal) para o pulsional.

De acordo com Jorge (2020b, p. 24), "Ele (o conceito de pulsão) condensa os achados psicanalíticos sobre sexualidade em torno de uma concepção simples e precisa: a busca de satisfação está na base da atividade sexual humana que, diversamente do instinto sexual animal, não está totalmente conectada à reprodução da espécie". Tal premissa afasta argumentações de cunho biológico que colocam as sexualidades dissidentes em cheque e contra uma suposta normalidade, afastando também a atribuição de uma estrutura perversa inerente às práticas homossexuais.

Os conceitos de perversão e de narcisismo, da mesma forma, são ligados à uma etiologia das sexualidades dissidentes em supostos eventos traumáticos ou em detenções no desenvolvimento que levariam a algum desvio de uma sexualidade natural (que implicasse em uma escolha de objeto heterossexual). A esse respeito, Quinet (2020a, p. 94), observa que "com Freud a perversão foi despatologizada e considerada como essência da sexualidade humana.

São ‘perversos’ todos os jogos e práticas sexuais que diferem do coito genital” conforme exposto por Freud nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”.

O conceito de narcisismo ligado à homossexualidade, por outro lado, costuma ser evocado para ligar a homossexualidade a uma negação da diferença e da alteridade, ligando estas à materialidade do corpo e a conceitos duais do que seja o homem e a mulher, deixando de lado importantes nuances que são próprias da sexualidade humana. Através dessa lógica um tanto simplista, a alteridade estaria ligada a uma heteridade que supõe uma pretendida heterossexualidade natural e uma divisão dos seres em dois grupos (diferenciados pela posse de um falo materializado no pênis). O homossexual seria alguém que negasse a diferença entre os sexos, algo que se situaria no nível patológico da psicose, em posição narcísica ligada apenas ao amor de si. A respeito dessa leitura comumente feita a respeito do conceito de uma falha narcísica atribuída especificamente aos homossexuais, Ceccarelli (2020. p. 163) argumenta que “em ‘Sobre o narcisismo: uma introdução’, Freud esclarece que a escolha narcísica nada tem a ver com o sexo dos parceiros.” Portanto, tal falha narcísica seria apenas uma posição pulsional passível de se apresentar em qualquer escolha de objeto: “é a dinâmica pulsional que sustenta a modalidade de relação objetal – anaclítica ou narcísica –, e não o sexo anatômico dos protagonistas, que determina se a escolha de objeto é ou não narcísica.”

Dentro dessa mesma lógica, pode-se pensar nessas visões a respeito das sexualidades dissidentes como tomadas de uma rudeza conceitual e normalizadora, que considera apenas a heterossexualidade como algo fora do campo do patológico e recorre a uma negação de todas as múltiplas formas de vivência sexuada. Nessa perspectiva, pode-se perceber o quanto a negação e a deslegitimação das sexualidades dissidentes é que consiste, em si, em uma negação da alteridade. De acordo com Bulamah (2016. P.199), “é interessante observar que psicanalistas expressam frequentemente que a homossexualidade seja a resultante do não reconhecimento da diferença” e analisando os argumentos desses mesmos psicanalistas, considera que “cabe perguntar: de que lado está ou não reconhecimento da diferença?”

Muitas vezes lançam-se mão de todos esses conceitos psicanalíticos para buscar etiologias para as sexualidades dissidentes, categorizando-as como desviantes e situando-as dentro de estruturas ou funcionamentos patológicos. De acordo com Reitter (2018. P.85): “Para os analistas a homossexualidade ou é uma patologia (perversão, por exemplo) ou não é um tema, e neste caso toda a questão parece limitada a afirmações de que um sujeito, independentemente de sua anatomia, pode se inscrever em qualquer um dos lados das formas de sexuação.”

Entretanto, podemos considerar que a corrente homossexual da pulsão sempre esteve presente na análise feita por Freud com seus pacientes, sendo a homossexualidade tratada em todos os seus grandes casos, seja ela presente nos pacientes de forma manifesta ou sublimada. A este respeito, Quinet (2020a, p. 93) aponta que Freud "encontrou a homossexualidade como prática sexual em todas as estruturas clínicas: na neurose (histeria, obsessão, fobia), na psicose (esquizofrenia, paranoia e melancolia) e na perversão (voyeurismo, fetichismo, sadismo, masoquismo etc.)." Dessa forma, a homossexualidade, como prática sexual, não poderia ser definida como sintoma neurótico, perversão ou traço psicótico, sendo essencialmente transestrutural.

Não apenas em seus textos teórico-clínicos como também em suas cartas, Freud se endereça aos seus contemporâneos em missivas que chegam à posteridade, nas quais postula a descriminalização da homossexualidade (em uma resposta ao jornal Die Zeit a respeito de importante personalidade acusada de práticas homossexuais)[5], ou mesmo a sua despatologização (em resposta à carta da mãe de um jovem homossexual) [6].

Ainda sobre a homossexualidade e sobre a heterossexualidade, podemos apontar o seguinte trecho de "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", de 1905, onde Freud afirma que:

> "A psicanálise considera, antes, que a independência da escolha objetal em relação ao sexo do objeto, a liberdade de dispor igualmente de objetos masculinos e femininos, tal como observada na infância, nas condições primitivas e nas épocas pré-históricas, é a base originária da qual, mediante a restrição num sentido ou no outro, desenvolvem-se tanto o tipo heterossexual como o homossexual. No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química". (Freud, 1905)

Daí, pode-se depreender que a visão de Freud sobre a homossexualidade não está ligada a uma patologia ou a uma estrutura psíquica específica, sendo antes uma forma de gozo e uma saída possível do CdE. São muitos os trabalhos teórico-clínicos nos quais a homossexualidade é discutida, desde o "Manuscrito H" endereçado a Fliess até o "Esboço de psicanálise"[7]. Embora

[5] "A homossexualidade não é algo a ser tratado nos tribunais. (...) eu tenho a firme convicção de que os homossexuais não devem ser tratados como doentes, pois uma tal orientação não é uma doença. Isso nos obrigaria a qualificar como doentes um grande número de pensadores que admiramos justamente em razão de sua saúde mental (...). Os homossexuais não são pessoas doentes." (Menahem, 2003. P. 14.)

[6] "A homossexualidade não é, certamente, nenhuma vantagem, mas não é nada do que se tenha que se envergonhar; nenhum vício, nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença: nós a consideramos como uma variação da função sexual." (Jones, 1979. P. 73)

[7] Entre os principais textos de Freud a respeito da homossexualidade, destacam-se "Esboço de psicanálise", "3 ensaios sobre a teoria da sexualidade"(1905), "Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância" (1910 –

se possam encontrar contradições que são próprias da construção do pensamento e do fazer teórico, depreende-se da leitura desses textos a posição progressista e avessa à patologização que sempre foi característica do discurso freudiano. De acordo com Ceccarelli (2020):

> "O que se depreende da leitura desses textos, embora existam algumas ambiguidades, é que a homossexualidade é uma posição libidinal, uma orientação sexual, tão legítima quanto a heterossexualidade. Freud sustenta essa posição partindo do complexo de Édipo, fundado sobre a bissexualidade original, como referência central a partir da qual a chamada 'escolha de objeto' ou 'solução', o que acho mais adequado, constitui-se." (2020, p. 155)

Dessa forma, aponta tanto para homossexualidade quanto para a heterossexualidade simplesmente como destinos pulsionais ligados a resoluções edipianas.

O complexo de Édipo

O conceito de complexo de Édipo (CdE) em si, tão caro à psicanálise, reformulado sistematicamente por Freud e defendido cegamente ou contestado até os dias de hoje, traz um enredo que institui binarismos, e através do qual todos os seres humanos passariam, para atingir a maturidade sexual (se não tiverem o infortúnio de ficarem presos em mais esse labirinto sem nunca poderem atingir o objetivo final). E, se é reiteradamente confirmada a sua validade teórica, na prática sempre se pode observar o quanto cada um dos pacientes passa por essa conflitiva de forma singular, da mesma forma que é também personalíssima a maneira como cada psicanalista irá interpretar o paciente à luz da teoria do CdE. Essas interpretações podem encontrar um paciente que dela se beneficie e nela encontre uma explicação para seus padecimentos, mas também alguém como a paciente com tendências homossexuais atendida por Freud[8], que respondeu a elas com um lacônico "Ah, que interessante!...", que denunciava uma total falta de pertinência da teoria diante da vivência da sexualidade da paciente na realidade. Entretanto, o fato é que na clínica psicanalítica essas interpretações podem muitas vezes levar a importantes consequências, que incluem até mesmo atitudes corretivas diante de sexualidades dissidentes (como as terapias de aversão) levando ao padecimento de pacientes na clínica e à conversão deste espaço em mais uma instância de repressão sexual e de violência sofrida por essa população, que recorre aos consultórios em busca de ajuda. Ao longo de toda a sua história, a psicanálise (a despeito de todas as suas contribuições no sentido de auxiliar as pessoas em seus processos de subjetivação e de enfrentamento de seus padecimentos)

---

com importantes notas de rodapé acrescidas em 1920 e 1925) , "O caso Scheber"(1911), "A psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher" (1920).

[8] "Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina" (1920)

contribuiu também para oprimir essa população através das interpretações dadas ao CdE e na aplicação de outras tantas teorias que fazem parte do seu escopo: complexo de castração, narcisismo, perversão. Reitter destaca o caráter potencialmente heteronormativo do CdE na psicanálise: "Com ele, a psicanálise ancora novamente na heterossexualidade (e na família) a sexualidade que sua própria descoberta havia desencadeado." (Reitter, 2018. P.32).

No entanto, de acordo com Quinodoz (2007, p. 77), Freud jamais dedicou um trabalho conjunto ao CdE, tendo sido elaborado ao longo de sua análise pessoal e mencionado brevemente no Caso Dora (1905) e no caso do menino Hans (1909), surgindo publicado apenas em textos de 1910[9], consistindo em "uma descoberta freudiana essencial que aparece durante o desenvolvimento da criança e constitui o organizador central da vida psíquica em torno da qual se estrutura a identidade sexual do indivíduo". Reafirma-se por aí a importância dada pela psicanálise à sexualidade em plena era vitoriana, na Viena de 1900, que se estabeleceu com as ideias muito criticadas de Freud e sobreviveu muito bem durante sua primeira década, prescindindo desse conceito que se tornaria tão medular para grande parte dos psicanalisas até os dias de hoje. Ao longo de seu período pré-teorização edípica, Freud faz avanços significativos no tratamento das histéricas, seguindo por evoluções teóricas e clínicas – mas inevitavelmente inserido dentro de uma cultura e de uma tradição mais conservadora e dominada pelos homens – o que faz refletir a respeito de seu aspecto inicial transgressor. Surgem ao longo desses anos inúmeros aportes teóricos e clínicos ao redor dos quais a psicanálise se estabeleceu como como importante modelo para o entendimento do ser humano e para tratamento de seus padecimentos – mesmo com alguns pontos bastante controvertidos para a época, tais como o da despatogização das neuroses e o próprio estabelecimento da terapia de cura pela fala. De acordo com Rudnystsky (1987/2002. P. 14):

> "O próprio termo 'complexo de Édipo', que hoje parece tão inevitável, não seria cunhado antes de 1910, sob influência do uso da palavra 'complexo' por Jung e pela escola de Zurique, quando apareceu no texto de Freud 'Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens' e em Totem e tabu (1913)".

Apenas a partir da segunda tópica é que Freud fixa o seu escopo teórico e a consequente aplicação técnica ao redor da conflitiva edípica de forma mais consistente. As implicações pessoais de Freud com este conceito são descritas de forma detalhada por Rudnystky, partindo de estudos importantes de obras de biógrafos freudianos como Ernest Jones, que postula em sua biografia que, muito antes do nascimento da psicanálise, Freud "explicitamente definia sua

[9] "Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens", posteriores notas acrescidas aos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" e "Lições de psicanálise".

vida em termos de uma concepção de desenvolvimento do herói" (Bulamah, 2016), o que pode ser confirmado através de suas trocas epistolares com Fuss e Fliess. Da mesma forma, as implicações políticas dessa ênfase em Édipo e os tensionamentos ao redor de uma ideia de bissexualidade originária, e da própria concepção da homossexualidade, podem ser encontradas ao longo de toda a obra de Freud e ressoam em toda a organização da psicanálise institucional.

Em "O ego e o id" (1923) Freud complementa à noção de um CdE direto ou positivo a noção de um CdE invertido ou negativo[10], oferecendo alguma origem ou explicação rudimentar para a homossexualidade. Seguindo por aí, continua na concepção de uma constituição bissexual psíquica e física de todo indivíduo desde a infância. De acordo com Quinodoz (2007. P.78):

> "Para Freud, as duas formas do complexo de Édipo coexistem no psiquismo de todo indivíduo, de forma que o complexo de Édipo completo implica agora quatro pessoas: de um lado, o pai e a mãe, de outro a disposição ao mesmo tempo masculina e feminina da criança (menino ou menina), fundada na "bissexualidade psíquica" própria a todo ser humano."

Após o surgimento da teoria do CdE, duas importantes correntes surgiram na psicanálise, a corrente britânica e a corrente americana. Essa divisão ocorre em um momento em que a psicanálise busca institucionalizar-se enquanto teoria e enquanto prática clínica. A aceitação ou não da homossexualidade foi um importante diferenciador entre a visão e a forma de atuação dessas correntes, implicando em interpretações divergentes sobre os postulados de Freud, em restrições a homossexuais em suas fileiras institucionais e em visões mais ou menos patologizadoras. Se por um lado a psicanálise estava em busca de institucionalizar-se, e para isso precisava estar mais de acordo com aspectos da cultura que se impunham, por outro já trazia uma bagagem teórica que, mesmo com uma série de contradições, já postulava a sexualidade como algo ligado mais às formas de subjetivação e à cultura do que a aspectos teleológicos e biológicos, sendo de caráter pulsional e não meramente instintual.

Tanto para Freud quanto para Lacan, o CdE se estabelece como dispositivo de personalidade sexual. Antes da fase edípica, a sexualidade seria algo instável e relativamente pouco estruturada. O inconsciente não teria sexo ou gênero. Através dessa conflitiva e de uma sociedade baseada no monismo fálico e na lei repressiva se processaria uma domesticação da sexualidade. Poderíamos pensar que de acordo com a teoria psicanalítica haveria, através desse processo, uma passagem da bissexualidade originária para uma identidade heterossexual. Nesse

[10] Elaboração da forma completa do complexo de Édipo.

sentido, a conflitiva edípica, quando encarada como lei, termina por subjugar os indivíduos, quando o papel ao qual a psicanálise se propõe vem no sentido de subjetivá-los.

É mister, então, ao estudarmos a conflitiva edípica a partir dos textos de Freud tendo em mente a matriz sexo/gênero, atentar para o fato de que a conflitiva edípica não diz respeito apenas a uma escolha de objeto, mas a uma adequação dos sujeitos a um padrão rígido de papéis designados ao homem e à mulher. Essa divisão está baseada em uma organização social do sexo. De acordo com Rubin, "No nível mais geral, a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina." (2017. p.31). O conceito de gênero, no entanto, vai surgir com destaque dentro da psicanálise a partir de Stoller, como já vimos, com seus estudos sobre sexualidade e gênero e consequentes propostas de modificação à teoria do Édipo freudiana. De acordo com este teórico, que também desenvolvia seus estudos no âmbito antropológico e buscava estudar as origens da masculinidade e da feminilidade, "o CdE não seria o único nem mesmo o mais importante processo pelo qual se daria a constituição da identidade sexual" (Cossi, 2018). Nesse sentido, Reitter questiona se "podem-se encontrar maneiras menos heteronormativas de abordar a relação do CdE com o complexo de castração?" (Reitter, 2018. P.11), e reflete acerca do modo como se podem consistir esses conceitos em dispositivos heteronormativos da psicanálise por excelência. Reitter (2018. P.33) não postula que a teoria da conflitiva edípica deva ser invalidada, mas critica a forma como é abordada: "particularmente na medida em que se articula com o que em teoria se denomina complexo de castração (o fato de que a diferença anatômica dos sexos seja simbolizada em termos de ter ou não ter o falo)." E, de fato, essa visão denota uma denegação heterossexualista de toda diferença que não seja anatômica.

A aplicação da conflitiva edípica como regra, bem como a visão de que as sexualidades dissidentes se originam em detenções ocorridas acidentalmente em algum ponto do desenvolvimento normal, implicam na presença de mecanismos e atravessamentos de domesticação da sexualidade, que supõe haver no sexo uma função teleológica de reprodução genética e ontologicamente definida. Uma função determinada biologicamente e de acordo com a qual todos os desvios corresponderiam a patologias, sem espaço algum para o desejo.

Psicanálise e estudos de gênero – intersecções

A despeito das leituras confrontativas já instituídas entre a psicanálise e os estudos de gênero, já existem inúmeros autores e textos psicanalíticos que ressaltam a pertinência dessa interlocução. Conforme Dunker (2019. P. 48), referindo-se aos estudos de gênero e em especial

à obra de Butler, “o ganho que temos ao ler autores que ambiguamente nos criticam, mas também nos elogiam, é nos fazer perguntar: qual psicanálise queremos?” Dunker alerta para leituras identitaristas da psicanálise (que tendem a patologizar o que não está de acordo com a identidade esperada dos sujeitos) e para leituras pejorativas realizadas por alguns partidários deste viés psicanalítico em relação aos estudos de gênero. O autor observa que “a discussão sobre Butler leva psicanalistas a explicitarem posições e a argumentarem como entendem a teoria psicanalítica da sexualidade”, o que aponta para o estabelecimento de uma interlocução bastante produtiva entre as duas áreas de estudo.

Sobre essas interlocuções, cabe ressaltar o quanto sempre foram próprias do fazer psicanalítico. Enquanto Freud já estabelecia a psicanálise como área do saber com bases na medicina e na filosofia, Lacan segue pelo mesmo caminho integrativo para desenvolver suas teorizações. No período pós II guerra mundial, Lacan estabelece uma nova linha dentro da psicanálise, integrando importantes aportes teóricos da linguística de Saussure, Jakobsen e Benveniste e da antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Ao longo desse processo, e dessas articulações, Lacan promoveu uma retomada da teoria de Freud, relacionando-a com obras de filósofos da época como Kant, Hegel, Heidegger e Sartre, ampliando seu alcance e influenciando filósofos como Foucault, Derrida, Žižek, Badiou e Butler. Esses teóricos, por sua vez, tem utilizado da psicanálise e das leituras dos clássicos de Freud e Lacan, bem como de psicanalistas mais contemporâneos, para articular suas teorias e dar origem a novos conceitos que comportam uma multiplicidade de formas de subjetivação da sexualidade e do gênero cada vez mais presentes no comportamento humano e que são uma forte marca da contemporaneidade.

A esse respeito, podemos considerar a proposição de Ayouch (2020. P.33) sobre uma psicanálise híbrida. Através desse conceito, ele ressalta não apenas a hibridez como característica da psicanálise em constante interlocução com os demais saberes, como também aponta para uma hibridez possível no fazer clínico: “A hibridez da psicanálise se encontra na pluralidade dos modelos teóricos lacanianos, primeiro psiquiátricos, depois linguísticos, estruturais, topológicos, matemáticos e lógicos.” Ressalta, assim, esse caráter integrativo da psicanálise na teoria, no método e na técnica. Aponta esse caráter como situado na própria constituição da psicanálise:

> “A ruptura epistemológica instituída pela psicanálise consiste em apontar os desafios limites de qualquer procedimento cognitivo inscrito numa visão positiva do saber, e revelar a sua infiltração por outros aspectos: metas pulsionais, no nível subjetivo, e dispositivos de poder, no nível coletivo.” (Ayouch, 2020. P.19)

O autor ainda ressalta que essa hibridez deve ser própria de uma dinâmica constante de interlocução com outros discursos, na medida em que "(...) a psicanálise não pode permanecer fixada em uma identificação imaginária consigo mesma. O seu desafio, para permanecer psicanalítica, é manter uma relação constante com outros discursos, hibridar se." (Ayouch, 2020. P.25)

Mais especificamente no que tange os estudos de gênero, podemos observar o parecer favorável de Dunker (2019. P. 54) ao estabelecimento de uma interlocução produtiva: "Lembremos como Freud debateu com Deutsch e Horney, que deram sustentação teórica ao movimento feminista de sua época. Lembremos como Lacan comenta as teses de Stoller, o psicanalista inventor da noção de gênero", e segue dando diversos exemplos de interlocuções feitas entre Lacan e diversos artistas, teóricos e militantes feministas como Cixous, Kristeva, Irigaray.

Seguindo por essa lógica, podemos pensar em uma tradição interlocutória da psicanálise com as demais áreas do saber. E, observando a relevância dos estudos de gênero na atualidade, é plausível considerar seus aportes teóricos como uma nova possibilidade de ampliação dos conceitos psicanalíticos e construir a partir dos estudos de gênero uma nova retomada de Freud e de Lacan. No entanto, essa interlocução se dá ainda de forma bastante instável, na medida em que a psicanálise perde uma espécie de monopólio sobre a teorização a respeito da sexualidade, por um lado, e é acusada por parte dos teóricos de gênero, de outro, de ser um dispositivo da heterossexualidade:

> "(...) os *gender studies* convidam a refletir sobre sexualidade e gênero a partir de bases históricas e políticas, apoiadas sobretudo no pós-estruturalismo de Foucault, Deleuze e Derrida. A partir daqui a psicanálise, que até então detinha o monopólio do discurso sobre a sexualidade, vê-se confrontada com pesadas críticas, acusada sobretudo de chancelar uma norma heterossexual, binária e falocêntrica, que reproduz o jogo de poder do patriarcado." (Assuar e Polistchuck, 2019. P. 71)

Esse excerto demonstra como existem conflitos essenciais entre alguns discursos provenientes dessas duas áreas de saber, que são potencializados por leituras ainda mais radicais de determinados teóricos de ambas as partes. No entanto, essas discussões também podem ser equacionadas de maneira produtiva. Ainda de acordo com Assuar e Polistchuck (2019. P. 71), a psicanálise e os estudos de gênero se aproximam "por meio de uma fundamental concordância: os dois campos entendem o sexo anatômico, sexualidade e gênero como coisas distintas e não necessariamente coincidentes."

No centro dessa interlocução, podemos observar uma intensa discussão a respeito do conceito de gênero e da concepção de sujeito, que se veem desacomodados a partir de vivências sexuadas livres, múltiplas e cada vez menos estanques.

Uma nova concepção de sujeito?

Tanto a psicanálise quanto os estudos de gênero comportam uma diversidade de modelos explicativos através dos quais alguém assume uma identidade sexuada. Entre os dois campos teóricos existem diferenças que parecem irredutíveis, no entanto é possível estar aberto para evoluções em ambos os campos, e da interlocução entre ambos podem-se criar sínteses ou mesmo comportar entendimentos mais profundos e inscritos dentro de um pensamento complexo que comporte múltiplos vértices – e talvez menos verdades universais.

Na medida em que se observa na sociedade ocidental uma naturalização de novas formas de exercício da sexualidade, na medida em que se descriminalizam e se despatologizam as sexualidades dissidentes, algumas das certezas oferecidas por teorias e conceitos surgidos em outras épocas são deslocadas e desacomodadas. Da mesma forma, é de se supor que a experiência de escuta clínica, composta por diversas individualidades díspares entre si e repletas de idiossincrasias, suscite uma série de questionamentos que abalam conceitos centrais, como o próprio conceito de sujeito. De acordo com Quinet (2020b, p.141)

> "Para além da escolha sexual, a experiência analítica nos leva a questionar: será que existe uma fixidez em uma posição ou outra nas fórmulas de sexuação? Ou o ser-para-o-sexo pode circular entre as posições como o faz nos discursos que constituem os laços sociais?"

Todos esses questionamentos são concordantes com a posição central da sexualidade na psicanálise, e comportam uma visão do indivíduo perpassado tanto por questões endopsíquicas quanto por questões sociais e do espírito do tempo, que estão implicadas na formação do sujeito e também no próprio fazer psicanalítico. A esse respeito, Ceccarelli (2020. p. 160) considera que:

> "O arcabouço teórico da psicanálise não é imune às implicações da ordem simbólica da qual emerge. Os psicanalistas, a começar pelo próprio Freud, são afetados em suas escutas por seus complexos inconscientes e suas organizações identificatórias. Embora saibam, teoricamente, que o importante é seguir os caminhos funcionais e as escolhas de objetos, não estão vacinados contra posições normativas que tendem a enquadrar as vicissitudes da pulsão na hegemonia discursiva dominante."

Teóricos contemporâneos, tanto ligados aos estudos de gênero quanto da psicanálise, estão atentos para a questão da identidade. Chama atenção o rigor conceitual com o qual grande parte dos teóricos de gênero fazem leituras da psicanálise e de outras áreas do saber, na busca

por entendimentos a respeito da experiência humana, colocando em dúvida conceitos como os de gênero, sexualidade e a própria concepção de sujeito. De acordo com Drescher (2020, p. 59), "Escritos da teoria *queer* chamam a atenção para as maneiras como as identidades (incluindo as, mas não limitando-se às identidades sexuais (...) podem ser socialmente construídas por meio da história, da linguagem e dos costumes, e a maioria não acredita que essas identidades se originam de fatores biológicos (essencialistas)."

A teoria *queer*, de uma forma geral, analisa o processo pelo qual um indivíduo vem assumir sua posição como sujeito. Não supõe identidades auto-evidentes e fixas de maneira essencialista. Trata-se, conforme Salih (2019. P. 20), de "uma investigação genealógica da constituição do sujeito, supondo que sexo e gênero são *efeitos* e não *causas* de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade e nosso gênero." Dessa forma, a teorização *queer* não trata da formação do sujeito em termos de identidade, mas em termos de um devir ele é uma performatividade. Esse conceito compreende uma concepção do sujeito menos estanque.

A obra de Butler, mais especificamente, tem se ocupado com a análise e a consequente desestabilização da categoria de sujeito, através de um processo que ela denomina de "uma genealogia crítica das ontologias de gênero". Essa análise se ocupa da "formação do sujeito no interior das estruturas de poder sexuadas e generificadas." (Salih, 2019. P. 18). Investe em uma concepção do sujeito influenciada fortemente pela psicanálise, mas também pelo pós-estruturalismo foucaultiano e pelo feminismo.[11]

> "A heterossexualidade melancólica é uma das contribuições mais importantes de Butler para a teoria queer e exemplifica o *ethos* do próprio queer como um movimento o que causa perturbação / confusão de gênero." (Salih, 2019. P. 20)

Butler faz uma análise da concepção de sujeito que é perpassado pelo desejo, no âmbito individual, e contraposto pelo poder, no âmbito social. Ao longo de sua obra, Butler analisa diversas concepções de sujeito, partindo da visão hegeliana do sujeito enquanto dialético e absoluto. Essa concepção é revista como teoricamente inconsistente pela geração seguinte de filósofos como Lacan, Deleuze e Foucault. Para eles o desejo "sinaliza a desintegração daquilo que era considerado entidade ontológica coerente de Hegel." (Salih, 2019. p. 45). A análise

[11] Segundo Salih, as teóricas e os teóricos *queer* "afirmam a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades 'generificadas' e sexuadas: enquanto (Eve) Sedgwick formulava a noção de 'pânico homossexual' para descrever a resposta paranoica da cultura hétero à natureza múltipla, cambiante e indeterminada das identidades sexuais, Butler, em suas teorizações da heterossexualidade, recorria à Freud, vendo-a como uma estrutura de identidade 'melancólica', na medida em que está baseada numa perda ou rejeição primária – socialmente imposta – do desejo homossexual." (2019. P. 20)

segue, passando pela visão lacaniana[12] (e psicanalítica, de uma maneira mais ampla) de um sujeito dividido, para chegar em uma proposição de Foucault e Deleuze na qual a existência é uma sequência de atos, própria do devir. Tal percurso, de acordo com Salih, "pode abalar a ideia de que as identidades são essências preexistentes", o que envolve também as questões do gênero e da sexualidade, mas não se limita a elas. Envolve também questões ligadas a raça, cor, classe social**,** conforme o conceito de interseccionalidade definido por Crenshaw (2002), e outras características distintivas identitárias que são atravessadas por determinações sociais e instâncias de poder, tendo o gênero como designado socialmente.

Em "Relatar a si mesmo", Judith Butler (2015) reflete acerca do conceito hegeliano de violência ética e dos dilemas morais do devir, entre a individualidade do eu e o que é determinado socialmente na constituição psíquica. Esses conceitos estão implicados no relato de si, que vem a ser um conceito central para o fazer da psicologia clínica. Sobre esse conceito, Butler afirma:

> "Quando o 'eu' busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse 'si mesmo' já está implicado em uma temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o eu busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social." (2015. P. 18)

Se é bem verdade que essa reflexão é pertinente a qualquer relato – em especial, os relatos recebidos em clínica –, podemos pensar também que se faz mais agudo quando pensamos que as pessoas de sexualidade e/ou de gêneros dissidentes se vem diuturnamente pressionadas a relatarem a si mesmas em relação à própria sexualidade, ao gênero, e em relação a comportamentos que apresentam de maneira considerada desajustada ou que apenas seriam aprovados como de um gênero que supostamente não cabe aos respectivos indivíduos de maneira considerada adequada. Concomitantemente, recebem nomeações e enunciados por toda a vida, desde o nascimento ("É um menino!"; "Bicha!", "Homem não chora!", "Isso não é coisa de menina!" etc.) Tais enunciados são dirigidos como acusações e não deixam de indicar a essas pessoas o seu devido lugar na sociedade. Passam a fazer parte, de alguma forma, daquilo que elas são. Perversamente, são acusadas ao mesmo tempo de terem optado por tais comportamentos e por não seguir uma norma posta, e se impõe a elas uma identidade que deve ser fixa e seguir um padrão: um conjunto de regras sobre como se portar (o que vestir, o que falar, o que desejar), em alguns pontos análogo aos impostos aos heterossexuais, mas com

[12] Ao colocar em questão o conceito de identidade, Butler avança nas proposições de Lacan no texto de 1961, "A identificação", onde retoma "A psicologia das massas e a análise do eu", de Freud (1921) e reposiciona determinadas formações sintomáticas freudianas como formas mais elementares de identificação. (Ambra, 2019. P. 58).

diversas proibições e restrições adicionais e restritivas da espontaneidade. Mais do que isso, a pessoa de gênero e/ou de sexualidade dissidente é convidada a se pensar criticamente a refletir a respeito de seus próprios gênero e sexualidade, assumindo as consequências de uma suposta escolha e também a se relatar socialmente, assumindo perante os outros essa identidade em um processo de violência ética pelo qual uma pessoa heterossexual geralmente não precisa passar sob as mesmas exigências e críticas. Conforme Butler:

> "Se o 'eu' não está de acordo com as normas morais, isso quer dizer apenas que o sujeito deve deliberar sobre essas normas, e que parte da deliberação vai ocasionar uma compreensão crítica de sua gênese social e de seu significado." (2015. P. 19)

Essas compreensões críticas a respeito da sexualidade e do gênero enquanto designado ampliam a própria concepção de sujeito na atualidade, que vem sendo acompanhadas por teorizações nos estudos de gênero e na psicanálise. Muitos questionamentos são suscitados teoricamente e fazem necessário que se recorra a uma clínica sempre atenta às necessidades de uma escuta clínica qualificada. No que tange a teoria e à técnica psicanalíticas, os estudos de gênero suscitam revisões de conceitos teóricos como o próprio conceito de sujeito, desacomodando certezas e pondo à prova a capacidade de contenção de terapeutas mais ortodoxos. Muitas vezes, se faz necessário recorrer aos conhecimentos dos estudos de gênero e a uma concepção de uma clínica psicanalítica mais ampliada.

Empreender uma escuta menos disposta à patologizações e mais aberta para a existência de múltiplas formas de vivência (inclusive as vivências sexuadas) é um caminho promissor para o acolhimento das múltiplas formas de subjetivação sexuada. De acordo com Reitter (2018. P.57) "se quisermos escutar a um sujeito que, além de tudo, seja gay, creio que *A Epistemologia do armário* é infinitamente mais útil do que os famosos *3 Ensaios*." Nesse sentido, podemos recorrer a uma abordagem patoanalítica, nos moldes propostos por Van Haute e Geyskens (2016), que, através do estudo de uma antropologia psicanalítica dos estudos de Freud e Lacan, propõem uma atuação clínica baseada em conceitos pré-edipianos, menos normalizadora, e que analisa a psique situada em um *continuum* entre a patologia e a normalidade. A perspectiva patoanalítica, já presente em Freud, vem tensionada com a perspectiva psicogênica das neuroses, propondo que "as neuroses revelam certa dimensão da existência humana que passa despercebida na vida mental 'normal'. Essa perspectiva, desenvolvida por Freud em 1933[13], sendo menos patologizadora e considerando as diferenças sexuais como manifestações de tendências presentes em todos os seres humanos, dão conta de uma forma mais satisfatória do

[13] Novas conferências introdutórias à psicanálise – a feminilidade.

sujeito enquanto devir do que as perspectivas que pressupõem as sexualidades dissidentes como resultado de detenções no desenvolvimento psicossexual.

Atendimento clínico a pessoas de sexualidade dissidente

Cada paciente a ser recebido em clínica é uma história a ser analisada *ad hoc* e uma possibilidade de que se abram novas perspectivas e novos conceitos a serem incorporados à teoria psicanalítica, como Freud fazia, reformulando continuamente seus conceitos e revisitando-os. Aí habita a beleza complexa da psicanálise, em sua teoria e na prática terapêutica, um intrincado labirinto que oferece infindáveis convites para desvios e muitos becos sem saída. Neste jogo, pode ser tentador seguir um mesmo caminho já trilhado e aparentemente seguro, e assim muitos psicanalistas seguem recebendo pacientes em seus consultórios e encaixando seus relatos em teorias fechadas (e com uma boa dose de suas próprias subjetividades), perdendo de vista a pessoa real que se lhes apresenta diante de si, única e repleta de idiossincrasias. E assim, pode-se ficar perdido ou se procurar receitas mágicas de atendimento clínico. Existe um mapa? Onde se quer chegar?

Trata-se de cenário com muitas perguntas e respostas múltiplas, repleto de inquietações que podem particularmente potencializadas para profissionais que não estão preparados para oferecer uma escuta qualificada a pessoas de gênero e/ou de sexualidade dissidente. Ao receber uma pessoa gay, homossexual, lésbica, bissexual, travesti, transgênero (homo ou heterossexual)[14], em clínica, um psicólogo, psiquiatra ou psicanalista pode assumir que essa pessoa busca ajuda por uma série de sofrimentos relacionados à própria sexualidade ou gênero. Muitos psicólogos reputam esses sofrimentos à vida que levam, ao fato de serem de gênero ou de sexualidade dissidentes, às escolhas que teriam feito. Buscam uma etiologia para essa diferença e a veem como desviante, patológica ou ao menos como consistente de um traço de estrutura patológica. Reputam o fenômeno homossexual a problemas surgidos durante a conflitiva edípica ou antes. Qualificam a transexualidade enquanto quebra psicótica com o real. Muitos chegam a classificar a homossexualidade como perversa ou narcísica; muitos se questionam qual a disposição do paciente frente a sua própria sexualidade ou gênero e se desejam uma mudança em relação a esses aspectos, adequando-se aos padrões sociais. Consequentemente, muitos chegam a oferecer uma cura; outros seguem o caminho inverso e pensam que a patologia apresentada não tem ligação com a sexualidade do paciente, em

[14] Muitas vezes se supõe que uma pessoa transexual seja necessariamente gay, o que nem sempre é verdade. Tal confusão vem de uma indiferenciação entre o que seja a homossexualidade e o que seja a transexualidade, a primeira sendo uma questão relativa à sexualidade e à escolha de objeto e a segunda relativa à vivência e à performatividade de gênero.

mecanismos de evitação e negação que não são consoantes com a posição medular da sexualidade dentro da psicanálise.

Por outro lado, terapeutas mais sensíveis às questões relacionadas às sexualidades e aos gêneros dissidentes e às características desse público, podem facilmente chegar à conclusão de que há muitas particularidades envolvidas no tratamento desses pacientes. De acordo com Borges, que trabalha dentro de uma terapia que define como afirmativa, baseada na psicologia gay desenvolvida nos Estados Unidos:

> "os tópicos da psicologia homossexual contemporânea passaram a incluir: o estabelecimento das identidades, lésbica, gay e bissexual; a formação de relações entre pessoas do mesmo sexo; os processos de desenvolvimento da sexualidade; a homofobia e a discriminação sofrida por gays e lésbicas; as questões relativas a maternidade e paternidade; a diversidade cultural e étnica entre lésbicas, gays e bissexuais; as questões sobre as escolhas e as práticas sexuais." (Borges, 2009. P. 19)

Se é bem verdade que essas são questões presentes para esse público, havemos também de considerar que essas são também questões pertinentes para todos os seres humanos e que consistem em dimensões da vida de modo geral, ainda mais se tivermos presente a orientação psicanalítica baseada na sexualidade e que envolve o trabalho com o inconsciente. O que se diferencia na forma como essas questões se apresentam para esse público é que se lhes apresentam de forma sobremaneira agravada por questões de ordenamento social e normatizações que envolvem os padrões definidos de gênero e o impedimento da vivência de uma sexualidade livre de convenções.

A pergunta que se faz necessária nesses casos é se esses pacientes estão sendo realmente olhados e ouvidos e *como* estão sendo olhados e ouvidos. O certo é que essa pessoa, seja qual for a sua idade ou como esteja em seu desenvolvimento psíquico, possivelmente passou, passa ou passará por violências e sofrimentos psíquicos ligados à maneira como sua sexualidade é percebida pela sociedade e como essa mesma sociedade responde a essas percepções. Alguns desses sofrimentos são comuns às pessoas heterossexuais, impondo-se sobremaneira agravados para essas pessoas. Outros são mais específicos desse público, configurando o conceito de estresse de minoria[15]. São pessoas potencialmente mais expostas a violências em vários níveis, situações e, instâncias sociais: na família, na escola, nos espaços públicos, no trabalho, junto às autoridades policiais, na justiça, e chegam ao consultório em busca de ajuda para seus problemas como qualquer outro paciente. A diferença é que talvez estejam mais vulneráveis a uma espécie de atendimento que se configure em mais uma instância na qual vão sofrer uma

[15] "A teoria do estresse minoritário postula que o estigma social, o preconceito e a discriminação sofridos como resultado da participação em grupos desfavorecidos produz respostas cumulativas ao estresse que levam a resultados adversos à saúde." (Dunn et Al., 2014)

violência. Ao invés de receberem ajuda recebem, talvez, mais uma oportunidade de se adequarem às estritas normas sociais que regulam os papéis de gênero e do exercício da sexualidade, mesmo que isso não seja do seu desejo e mesmo que implique para o analisando em mais sofrimento psíquico, em menos auto aceitação, em menos segurança: em que se tornem menos subjetivados e mais sujeitados.

Atualmente existem alguns movimentos no sentido de se estabelecer uma forma de atender essas populações de maneira mais empática. Alguns psicólogos atentos à essas novas formas de subjetivação, tanto de orientação psicanalítica quanto de outras correntes teóricas, vêm desenvolvendo serviços de escuta a essa população que são atentos a suas especificidades e se envolvem em estudos de gênero e sexualidade por um viés não-opressor. Da mesma forma, em atenção à necessidade desse público de ser ouvido como qualquer outra parcela da população, houve iniciativas no sentido de se estabelecerem listas de terapeutas e "psicanalistas seguros", que possam atender a essa população sem oferecer uma escuta pouco empática ou intervenções violentas motivadas pela sexualidade que foge à norma vigente imposta pela sociedade.

Essa visão do sujeito perpassada por questões psíquicas e por dados de realidade tem sido uma linha de pensamento entre diversos psicanalistas, que se reflete em estratégias de ação mais concretas no atendimento clínico. De acordo com Reitter, "(...) se omitirmos situar o lugar que ocupa o sujeito (e o que nós ocupamos) nas relações de poder, é muito mais provável que façamos da psicanálise a ferramenta de uma política de normalização e psicopatologização" (2018. P.51). Ceccarelli (2020. p. 167) ressalta o aspecto social das formas de vivenciar a sexualidade, uma vez que "vivemos nossa sexualidade dentro do imaginário da sociedade na qual estamos inseridos", ignorando estarmos "guiados por convenções culturais" e acreditando na existência natural de sujeitos heterossexuais, bissexuais e homossexuais.

Algumas questões específicas de pessoas de gênero e/ou de sexualidade dissidente e que devem ser levadas em conta no atendimento clínico, são ressaltadas por Reitter (2018. P.17), também refletindo a respeito do aspecto social e que são atribuíveis a esse sujeito em particular, envolvendo "muito mais que a linguagem, ou os pais, e que inclui o sistema educativo, os meios de comunicação, o estado, o discurso médico psiquiátrico e jurídico, as representações artísticas" e ressalta que ao não entender essa estrutura que se impõe sobre o indivíduo , ao invés de ajudar a resolver as neuroses, o trabalho terapêutico pode resultar em mais culpa de repressão."

Reitter (2018. P.85) ressalta a injúria[16] imposta socialmente como um aspecto central envolvido nos padecimentos presentes em pessoas de sexualidade dissidente. E também trata do armário[17] e da violência homofóbica como cerceamento de uma livre vivência por parte de uma pessoa de gênero e/ou de sexualidade dissidente, que "deve se haver com uma quantidade de dificuldades muito maiores em sua vida e que não são diretamente o resultado de um conflito psíquico, mas que o geraram." Essas colocações, que surgem de sua experiência clínica, apontam para o fato de que a questão homossexual (ou transexual) compreende diversos dados de realidade intrínsecos ao pertencimento do indivíduo a grupos marginalizados por conta de sexualidades divergentes da norma socialmente imposta e a experiências subjetivas marcadas por padrões de gênero. A esse respeito, Ayouch (2020. P.12) questiona em que medida se deva abordar de forma psicanalítica a violência de gênero, articulada com a teorização da psique. De acordo com o autor, não seria necessária uma abordagem analítica específica para tratar dos gêneros e/ou das sexualidades tidas como minoritárias, nos moldes de uma 'clínica do gênero', nem que a análise se dê de forma diferente diante desses pacientes. No entanto, aponta que para eles, de forma geral, "a questão da violência de gênero se inscreve de forma particular na prática clínica." Esses elementos apontam para a necessidade de buscar referenciais que ofereçam possíveis parâmetros de atendimento.

Algumas diretrizes gerais para o atendimento a pessoas de sexualidade dissidente na clínica podem ser encontradas na gay *afirmative psychology* ou psicologia afirmativa[18] que não vem a ser um sistema psicológico independente e tampouco propõe um modelo psicoterápico próprio, mas consiste em uma abordagem anti-patologizante e mais inclusiva das sexualidades. De acordo com o Borges (2009. P. 14) a terapia afirmativa consiste em "um conjunto de pressupostos teóricos sobre a homossexualidade e em uma atitude clínica voltada para o desenvolvimento de uma identidade homossexual positiva." e aponta que esse tipo de terapia "se distingue por questionar as visões tradicionais que encaram a homossexualidade como uma patologia ou manifestação imatura da sexualidade. De acordo com a visão afirmativa, a identidade homossexual é expressão natural, espontânea e positiva da sexualidade humana em

[16] "O gay, ou melhor dizendo, esse sujeito que talvez se denomine ou que o denominem gay (ou puto, ou bicha, ou viado, ou maricas, etc.) saberá quem é e qual é o seu lugar enquanto gay (ou seja, independentemente de todas as outras coisas que ademais é) a partir da injúria. " (Reitter, 2018. P.56)

[17] "Uma pessoa que não se denomina do coletivo LGBTTBI precisa lidar permanentemente com uma hostilidade em um mandato de silêncio (que que em definitivo é um mandato de não existência) que não provém de seu superego, mas de uma ordem simbólica que lhe designa um lugar inferiorizado na ordem social e sexual." (Reitter, 2018. P.58)

[18] Essa abordagem surge a partir da chamada psicologia homossexual (lesbian and gay psychology), surgida nos Estados Unidos e difundida pela Europa na década de 1970 como resposta a uma visão heterocentrada da psicologia dominante, que apresentava a homossexualidade como manifestação patológica ou como produto de alguma detenção no desenvolvimento psicossexual e propunha terapias de aversão.

nada inferior à identidade heterossexual.” Essa abordagem, de acordo com Alan Malyon (1982) “considera a homofobia, e não a homossexualidade em si, como variável patológica mais importante para o desenvolvimento de certas condições sintomáticas encontradas em homossexuais”. No entanto, não aponta para formas mais específicas de atuação, tampouco dispõe de ferramentas ou instruções que possam auxiliar nesses atendimentos. Ao invés disso, aponta para a necessidade de o analista se questionar a respeito da própria visão a respeito da sexualidade e das dissidências de gênero e sexuais e de como suas teorias e visão de mundo pode implicar no tratamento e nas intervenções empreendidas. Isso implica a conscientização a respeito da própria visão do analista em relação a essas sexualidades dissidentes, ao reconhecimento de suas limitações frente às questões suscitadas pelas questões específicas suscitadas e pelo trabalho de elaboração das questões transferenciais e contratransferenciais em espaços de supervisão e de análise pessoal.

Psicanalistas contemporâneos seguem por esse mesmo caminho, questionando os conceitos psicanalíticos e suas próprias atuações diante desses pacientes e desenvolvendo uma escuta cada vez mais sensível e atenta à singularidade dos pacientes. Reitter (2018. P.63) aponta para a menor pertinência de uma etiologia das sexualidades dissidentes, na medida em que o mais importante no atendimento a uma pessoa de gênero e/ou de sexualidade dissidente seria entender o lugar ocupado nas relações de poder e como “a condiciona como sujeito da palavra e do desejo, de um modo geral e também no quadro de uma análise.” Drescher (2020, p. 62) é consoante com a importância menor de uma causalidade envolvida em determinada vivência sexuada ao afirmar que “a narrativa que emerge, ao invés disso, flui da questão sobre como o paciente lida com um mundo que é hostil à homossexualidade ou pode explorar as dificuldades do paciente em aceitar sua própria sexualidade.” Ceccarelli (2020. p. 163) aponta que quase sempre “o sofrimento devido ao fato de ser homossexual advém muito mais de questões sociais – ‘o que os outros vão dizer’, ‘se os meus pais ou amigos souberem’, da culpa, da discriminação ... – e menos do que da sexualidade em si.”[19]

Ayouch (2020. P.18), tendo em mente essas particularidades, aponta para a qualidade da escuta no atendimento a pessoas de sexualidades dissidentes, ampliando essa busca de uma escuta e uma teorização mais sensíveis que possam “levar em conta aspectos particulares da subjetivação relacionados a posições étnicas, culturais, linguísticas, sexuais e sexuadas

[19] O autor aponta, em contrapartida, um estudo publicado em 2001 no British Journal of Psychiatry revelou que 64% dos 218 membros entrevistados da Confederação Britânica de psicoterapeutas acreditavam que as dificuldades centrais de seus pacientes homossexuais masculinos ou femininos advinham de sua orientação sexual.

minoritárias.” Trata-se de uma postura e de uma perspectiva teórica que possam comportar questionamentos e instabilidades implicadas em múltiplas formas de vivência. Uma perspectiva que chama mais para questionamentos e incertezas do que para teorias fechadas e fórmulas a serem seguidas: “Como podemos abordar psicanaliticamente as mutações antropológicas contemporâneas nos campos das sexualidades, das sexuações, das misturas culturais e das migrações, respectivamente definidas por exclusões de gênero e sexualidade, raça, ou cultura – mas também pormenorizações de classe?” De acordo com o autor, um caminho mais consistente para o entendimento dessas subjetividades e para o atendimento desses indivíduos seria “refletir sobre a especificidade dos processos de subjetivação dos sujeitos memorizados e a reformulação das ações psicanalíticas que resultaria disso.”

Conclusões

A complexidade do assunto tratado nesse trabalho e a quantidade de conceitos psicanalíticos envolvidos na busca pelo desenvolvimento de uma clínica atenta às particularidades das dos gêneros e das sexualidades dissidentes é evidente. A busca por respostas às questões levantadas trouxe uma quantidade enorme de estudos e inevitavelmente levantou ainda mais questionamentos. Ao mesmo tempo, proporcionou uma aproximação com a psicanálise de uma forma geral, uma vez que as questões de sexualidade e as questões de gênero perpassaram o teorizar e o fazer clínico ao longo de toda a história da psicanálise, e trouxe a certeza de que existem movimentos no sentido de questionar e promover evoluções que integrem os estudos de gênero, os estudos feministas e a psicanálise, trazendo avanços para a teoria e a técnica psicanalíticas.

Muitas das questões ligadas à sexualidade e ao gênero são características dos tempos em que vivemos. É importante se estar aberto para o fato de que as formas de vivência da sexualidade e do gênero são cada vez mais múltiplas e que as pessoas têm exercido o seu direito de expressá-las ao largo de teorizações ou normativas sociais. Essas evoluções vêm sendo acompanhadas pelos estudos de diversas áreas epistêmicas: sexólogos, antropólogos, filósofos têm procurado entender o ser humano tendo como eixo a sexualidade – para isso recorrem à psicanálise. A psicanálise, por sua vez, necessita acompanhar tanto essas áreas de estudo quanto as mudanças no comportamento humano para seguir auxiliando as pessoas que a ela recorrem em seus processos emancipatórios.

Existem diversas intersecções possíveis entre a psicanálise, os estudos de gênero, os estudos feministas e os estudos *queer*. Os aportes teóricos resultantes dessas interlocuções propiciam que se ampliem o entendimento sobre a sexualidade e sobre o gênero. É importante

que teóricos da psicanálise, psicanalistas clínicos e terapeutas de orientação psicanalítica estejam abertos e atentos para essas evoluções como forma de instrumentalização para o atendimento ao público independentemente da expressão de suas sexualidades. Estar atento para essas evoluções também é condição *sine qua non* para que a psicanálise possa evoluir junto com a cultura em que está inserida.

A psicanálise é um arcabouço valiosíssimo de conhecimentos. Para além da conflitiva edípica, nos trouxe outros conceitos valiosos, como os de inconsciente, de sexualidade infantil e de bissexualidade psíquica. Valorizou o fluxo de consciência e a escuta atenta como formas de subjetivação e vivências da experiência humana como algo valioso e singular. Implementou posturas e conceitos dos quais podemos nos valer para entender os pacientes que se recebem em clínica e para lançar luz às suas questões mais íntimas, para mitigar seus padecimentos. Tais conceitos são mais valiosos quando adaptados à realidade e a vivência dos pacientes do que quando se os usa no sentido contrário, de adaptar os pacientes a teorias pré-formatadas e conceitos rígidos. No entanto, como qualquer teoria ou área do saber, há na psicanálise pontos cegos e áreas de sombra ainda por serem solucionadas. Cabe aos agentes internos da psicanálise (psicólogos de orientação psicanalítica, psicanalistas) rever esses conceitos à luz das questões atuais. De outra forma, resta esperar que essas ressalvas venham de fora – e não restará muito a ser defendido.

Os estudos feministas, de gênero, negros, lgbtqia+, podem e estão abertos para deglutição e processamento em caráter antropofágico pela psicanálise. É através de uma postura receptiva para esses estudos e acompanhando suas evoluções que muitos psicanalistas tem encontrado uma forma de reinventar a sensibilidade da própria escuta. Gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, transgêneros, assexuados, gênero-fluídos, intersexuais: todos esses sujeitos já têm nome e reafirmam com cada vez mais força suas existências. Estabelecem suas identidades politicamente, e evoluem em seus processos pessoais de subjetivação cada vez menos presos a padrões definidos de gênero e de exercício da sexualidade. Estão presentes na sociedade e estarão dentro dos consultórios, se houver entendimento e capacidade para atendê-los em clínica, acomodando os conceitos psicanalíticos a essa nova realidade que não retrocederá, e não fazendo o movimento inverso de tentar sujeitar esses indivíduos a padrões opressores.

Diante dessa perspectiva, cabe à psicanálise se reinventar como um todo, revendo e ampliando conceitos – o que é próprio do teorizar e do fazer psicanalítico – para dar conta das necessidades gerais e particulares das pessoas de gênero e/ou de sexualidade dissidente. Tais formulações, dando conta de uma gama maior de subjetividades sexuais, pode ser positiva para

atender a todas as pessoas independentemente de suas orientações sexuais e de gênero, gerando ampliações teóricas e evoluções na prática clínica para além dos novos modos de exercício da sexualidade. Trata-se da busca por uma teorização e uma clínica que atuem e façam sentido para além da normatização imposta pelo sexo e pelo gênero socialmente definidos em uma sociedade ainda falocêntrica e heteronormativa.

Nessa perspectiva, é possível encontrar na psicanálise uma teoria e uma prática que se feche em si e no passado ou uma forma de ouvir e entender o ser humano em toda a sua singularidade e complexidade. Essa perspectiva mais integrativa, aberta a aportes teóricos e à escuta sensível, não ignora fato de que todos nós estamos sempre atravessados de múltiplas formas por forças e padrões sociais que nos limitam e nos oprimem. É atenta ao fato de que o ser humano é singular e inserido em uma complexidade, composto de elementos psíquicos e sociais em constante processo de troca que se dá entre elementos intrapsíquicos e fatores sociais que se entretecem e se relacionam de maneira dinâmica, mutável e não definitiva.

Enquanto sujeitos da psicanálise, cabe a todos que empreendem um verdadeiro encontro com a teoria o questionamento e a promoção de tensionamentos que promovam a discussão e construam evoluções teóricas e na prática da clínica. Tal atitude é uma forma de subversão que promove a evolução dos conceitos psicanalíticos, melhorias na técnica, atendimentos clínicos mais efetivos.

A disposição para a escuta dessas subjetividades, a promoção de questionamentos e tensionamentos de valores impostos socialmente às subjetividades implicam em capacidade de continência que está para além de binarismos. Implica em que se possa suportar a dúvida e sustentar formas de existência que transcendem o que é assumido como estável. Não são apenas as formas de vivência sexuada que estão em transição. Os conceitos psicanalíticos e o entendimento humano a respeito da psique também estão transicionando. As discussões e teorizações decorrentes dessa evolução no fazer psicanalítico são mecanismos retroalimentados de ampliação do entendimento a respeito da vivência humana em sua singularidade e podem apontar para mudanças sociais cada vez mais amplas.

Bibliografia

Ambra, P. (2019) *O que é um homem: psicanálise e história da masculinidade no ocidente.* São Paulo, SP: Anna Blume.

Assuar, G., Polistchuck, L. (2019) Psicanálise e estudos de gênero: uma com-versa. *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção,* (69-81). São Paulo: Zaragodoni.

Ayouch, T. (2015) *Psicanálise & Homossexualidades: teoria, clínica, biopolítica.* Curitiba, PR: Editora CRV.

Ayouch, T. (2019) *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações.* Curitiba, PR: Calligraphie Editora.

Bayer, R. (1987). Homosexuality and american psychiatry: the politics of diagnosis. New Jersey: Princeton University Press.

Blestcher, F. (2015). El psicoanálisis interpelado por las sexualidades disidentes: puntualizaciones para una clínica Antipatriarcal y posheteronormativa. *Sig: revista de psicanálise*, *9*, 105-116. http://sig.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Edicao9-Convidado.pdf

Borges, K. (2009). *Terapia afirmativa: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais.* São Paulo, SP: Edições GLS

Bulamah, L.C. (2016). *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. São Paulo, SP: Ubu Editora.

Bulamah, L.C., & Kupermann, D. (2018). A proscrição da homossexualidade masculina na história do movimento psicanalítico institucionalizado. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 21(3)*, 301-311. https://dx.doi.org/10.1590/s1516-14982018003002

Butler, J. (2015). *Relatar a si* mesmo*: Crítica da violência ética*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Ceccarelli, P.R. (2020). A invenção da homossexualidade. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (154-168). Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Cossi, R. K., & Dunker, C. I. L. (2017). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *33*. https://doi.org/10.1590/0102.3772e3344

Cossi, R. K. (2018). Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. *Estudos de Psicanálise*, *(49),* 31-43. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&tlng=pt.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, *10*(1), 171-188. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

Drescher, J. (2020a). A história da psicanálise e a Psicanálise organizada. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (51-62). Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Freud, S. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Freud, S. (2018). Obras completas volume 19. Companhia das Letras. Análise terminável e interminável. *Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1937).

Jones, E. Vida e obra de Sigmund Freud. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

Jorge, M.A.C. (2020a). De Freud a Lacan: do objeto perdido ao objeto a. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (142-153). Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Jorge, M.A.C. (2020b). O real e o sexual: do inominável ao pré-conceito. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (19-32). Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Jorge, M.A.C. (2020c). 12 pontuações sobre a bissexualidade. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (19-32). Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Menahem, R. Désorientations sexuelles. (2003) *Freud et l'homossexualité*. Revue Française de Psychanalyse, *vol. LXVII*, Paris.

Malyou, A. K. (1981-1982). Psychotherapeutic implications of internalized homophobia in gay men. *Journal of Homosexuality, 7*(2-3), 59–69. https://doi.org/10.1300/J082v07n02_08

Quinet, A. (2020a). Homossexualidades em Freud. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (91-108). Rio de Janeiro, RJ: Atos e Divãs Edições.

Quinet, A. (2020b). A escolha do sexo com Freud e Lacan. Quinet, A. et Jorge, M.A.C. (org.), *As homossexualidades na psicanálise* (91-108). Rio de Janeiro, RJ: Atos e Divãs Edições.

Quinodoz, J. (2007). *Ler Freud: guia de leitura da obra de S. Freud.* Porto Alegre, RS: Artmed.

Reitter, J. N. (2018) *Edipo gay: heteronormatividad y psicoanalisis.* Buenos Aires: Letra Viva.

Rubin, G. (2017). *Políticas do Sexo*. São Paulo, SP: Ubu Editora.

Rudnytsky, P. (2002). *Freud e Édipo*. (M. C. Cescatto, Trad.). São Paulo, SP: Editora Perspectiva.

Salih, S. (2019). *Judith Butler e a teoria queer.* Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Van Haute, P., & Geyskens, T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.